

CONTRIBUIÇÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: A PERSPECTIVA DA ETNOBIODIVERSIDADE NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Pereira, Fernanda Luisa.S.¹; Delwing, Andréia Becker.²; Potássio, Roberto Rosa³.

Palavras-chaves: Desenvolvimento rural, Etnobiodiversidade, Comunidades Remanescente de Quilombos.

INTRODUÇÃO

A crise sócio-ambiental no meio rural surge com a degradação ambiental e desigualdade social proporcionadas pelo investimento em práticas agrícolas baseadas nos processos de industrialização (Silva, 2001). Os pequenos sistemas agrícolas tradicionais foram perdendo o espaço físico, econômico e cultural, sendo em grande parte desestruturados por este processo de modernização (Leff, 2001). O aumento de exclusão social por um lado e o maior uso do espaço ambiental para monoculturas, a utilização de insumos sintéticos e sementes melhoradas por outro, causou uma concepção de artificialização máxima da natureza (Almeida, et al., 2000)

Deste modo, o surgimento do conceito desenvolvimento sustentável ocorreu em uma amplitude mundial como estratégia da mudança do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização. A proposta estava em harmonizar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação dos recursos naturais surgindo o conceito de *desenvolvimento sustentável* (Diegues, 1989). As premissas do desenvolvimento sustentável, além da dimensão ecológica, tecnológica e política, também abrangem a necessidade de integrar a dimensão cultural. Neste último, valoriza-se a importante participação das comunidades locais na elaboração, nas decisões e execução dos planos de manejo ambiental⁴, uma vez que, estas comunidades locais, conhecidas também por

¹ Bióloga, Mestre em Diversidade e Manejo da Vida Silvestre. João Alfredo nº 277/C – Cidade Baixa – 90050-230/ Porto Alegre-RS. E-mail: felusp_felusp@yahoo.com.br

² Bióloga, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, Dep. De Horticultura do Programa da Pós Graduação da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

³ Presidente da Associação Vovô Geraldo – Comunidade Remanescente de Quilombos – Restinga Seca – RS.

⁴ Manejo é aplicação de programas de utilização dos ecossistemas, naturais ou artificiais, baseada em teorias ecológicas sólidas, que mantenha da melhor forma possível as comunidades vegetais e/ou animais como fontes úteis de produtos biológicos para o homem, e também como fontes de conhecimentos científicos e de lazer. A orientação de tais programas deve garantir que os valores intrínsecos das áreas naturais não fiquem alterados, para o desfrute das futuras gerações. O manejo correto exige um conhecimento profundo do ecossistema para o qual ele é aplicado. O manejo é dito de flora, de fauna ou de solo quando a ênfase é dada aos recursos vegetais, animais ou o solo. Quando todos componentes do sistema têm a mesma importância, diz-se se tratar de manejo ambiental (Aciesp, 1987).

comunidades tradicionais, possuem saberes resultantes de uma co-evolução entre sociedades e seus ambientes que permitiu até hoje a existência delas (Diegues, 2000).

Atualmente o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido utilizado de uma maneira oportunista, esvaziando o seu sentido transformador do modelo impactante industrial (Silva, 2001). Provavelmente, isto ocorra devido ao termo *desenvolvimento* estar intrinsecamente relacionado ao grau de industrialização alcançado pela sociedade capitalista (Azanha, 2002). Da mesma forma, Silva (2001) entende que esteja ocorrendo a manutenção da cultura baseada nos paradigmas da modernidade ocidental, onde é conduzida e disseminada esta noção cultural de desenvolvimento através do processo de homogeneização etnoecossitêmica.⁵ Deste modo, se por um lado este conceito foi absorvido em grande parte em programas e discursos de instituições governamentais e acadêmicas, por outro os resultados alcançados estão distantes das condutas e ações necessárias para uma real transição para um modelo sustentável (Viana, 2000). Para este mesmo autor, a dificuldade da implantação desta nova proposta de desenvolvimento deve-se à distância dos tomadores de decisão em relação à realidade, pois os processos de tomada de decisões não envolvem efetivamente as populações que detêm os conhecimentos mais sofisticados sobre o uso dos recursos naturais.

Conforme Silva (2001), a transição para um estado de sustentabilidade necessita que se tenha como base a sustentabilidade dos lugares, onde ocorra estímulo de um envolvimento local do que des-envolvimento de fora para dentro. Nesta condição, a formação de princípios éticos e teóricos que possam formar um conjunto de valores para os novos fundamentos que reorientam o modelo sustentável, passa pela valorização dos direitos e autonomia cultural para autogerenciar e autodeterminar tecnologias do uso dos recursos naturais nestes espaços rurais que se encontram as comunidades tradicionais (Leff, 1994). Deste modo, o objetivo deste ensaio é visualizar uma perspectiva que demonstra a necessidade da reorganizar os modelos de desenvolvimento rural sustentável pelo reconhecimento de diferentes concepções de desenvolvimento e sustentabilidade existentes nos territórios negros rurais.

DESENVOLVIMENTO

As comunidades tradicionais possuem uma relação diferenciada e intrínseca com a natureza que permitiu a manutenção da sua existência até o presente. Estes povos

⁵ O domínio parte dos etnoecossistemas centrais, que vai caracterizar a exploração predatória de nossos ecossistemas e o caráter excludente do ponto de vista sociocultural de todos nossos ciclos agrícolas, dos quais o período de modernização vem a ser, de um certo ponto de vista, o mais impactante (Silva, 2001).

requerem uma alta diversidade dos recursos naturais para sua manutenção, desenvolvendo práticas agrícolas diferenciadas que exigem a permanência desta diversidade, onde são atribuídos valores de uso e de símbolos que estão integrados numa complexa cosmologia (Diegues, 2000). O reconhecimento desta interação torna o aspecto cultural um veículo necessário para as comunidades tradicionais manejar o ambiente, configurando uma *etnobiodiversidade*⁶. Nesta perspectiva, assegurar as práticas agrícolas destas comunidades tradicionais nos seus espaços rurais é uma boa estratégia metodológica para a implementação de um desenvolvimento rural sustentável.

Porém, desde o início da colonização no Brasil muitas destas comunidades sofreram um processo de desorganização social e cultural que foi reforçado com a modernização agrícola. A intolerância, o preconceito e a discriminação são alguns exemplos de ações veladas pela sociedade brasileira para desestruturar as comunidades tradicionais, principalmente as comunidades negras rurais. Estas comunidades, também conhecidas atualmente como Comunidades Remanescentes de Quilombos, tiveram origem de agrupamentos negros que viviam em áreas periféricas ou em pequenas glebas doadas ou até compradas de seus antigos senhores no período formal da pós-abolição⁷.

Ao longo das gerações estes espaços foram integrados culturalmente por estas comunidades negras rurais desenvolvendo características agrícolas próprias para uma manutenção mínima local. E, se estes espaços rurais ainda apresentam um conjunto de diversidade biológica é devido à relação que estas comunidades mantêm com o ambiente. Estudos etnográficos com comunidades negras rurais no Brasil registram práticas religiosas e medicinais tradicionais que se articulam com a construção da sua identidade social e espacial do território em que vivem (Baiocchi, 1999; Godoi, 1999; Anjos, 2004). Neste espaço rural a prática religiosa africana completa-se, onde a casa de religião (terreiro-sagrado) está adjacente ao terreiro-mato, diferente no que ocorre nos terreiros urbanos⁸. Esta cosmologia é constituída de interações diretas com o ambiente,

⁶ “Etnobiodiversidade é a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira nomeando-a selvagem e intocada. Pode-se concluir que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura como conhecimento que permite que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la e, freqüentemente, enriquecê-la” (Diegues, 2000).

⁷ “A abolição formal da escravidão significou para grande parte dos escravizados uma armadilha na medida em que toda uma série de dispositivos foi criada para manter o trabalho negro aprisionado. Uma das principais armadilhas era a imposição da condição de agregado que, mantendo o ex-escravo preso as terras do senhor, permitia a continuação da extração forçada do trabalho sob novas roupagens. A principal estratégia dos ex-escravos para escapar das armadilhas pós-abolição formal foi adquirir terras próprias” (Anjos, 2004).

⁸ Na cidade, constringida por uma urbanização predatória, pelo empobrecimento contínuo de seus seguidores, a religiosidade africana operacionaliza no Rio Grande do Sul, mais do que em qualquer outro

como um exemplo à diversidade biológica estar relacionada com a cultura da cura (Anjos, 2004).

Registros de que práticas religiosas podem ajudar a preservar a diversidade biológica e que práticas de manejo tradicional levam a uma especialização de cultivo, ao impedir muitas vezes a sobre-utilização de espécies vegetais e depauperação do solo são comuns em estudos etnoecológicos (Lévi-Strauss, 1997; Prance, 1997; Diegues, 2000). Mesmo com o processo de expropriação da terra, em que as comunidades negras são submetidas pela cultura dominante de fronteira, as práticas agrícolas ocorrem como uma atividade complementar alimentícia que forma redes de solidariedade entre famílias e vizinhos (Baiocchi, 1999; Leite, 2004; Anjos e Pereira, 2004). Deste modo, o cultivo diferenciado de espécies alimentares por cada horticultor destas comunidades provoca uma necessidade de trocas de alimentos entre as suas famílias, requerendo uma variedade de plantas cultivadas para o fortalecimento das relações sociais. Por outro lado, o registro e reconhecimento destas interações das comunidades negras rurais no Brasil são poucos, quando comparados com os estudos e reconhecimento da cultura indígena. Mesmo que esta última também esteja desestruturada pelo modelo de desenvolvimento vigente, a cultura negra dificilmente é reconhecida como criadora de saberes tradicionais.

CONCLUSÃO

O reconhecimento dos aspectos culturais como um veículo que produz as relações ambientais diferenciadas permitirá que os investimentos dos programas de desenvolvimento rural, como exemplo o de combate à pobreza, se aproximem das diferentes concepções de desenvolvimento e sustentabilidade existentes nestes territórios negros. Adicionalmente ao considerar a ocorrência da etnobioidiversidade nestes espaços rurais tornará possível a visualização de diferentes técnicas de manejo utilizadas nestas comunidades. Assim, a legitimação destas tecnologias locais permitirá a identificação de modelos de produção rural sustentável futuros para as localidades, bem como para o aprimoramento e incrementação das técnicas de manuseio agroecológico de uma forma geral.

LITERATURA CITADA

Aciesp, 1987. Glossário de Ecologia, São Paulo.

lugar uma concepção de espaço plástico, que se refaz simbolicamente, na escassez imobiliária. Na verdade o patrimônio do grupo se resume a um *pará*, um *aressum*, a cozinha e o salão de uma casa de religião (Anjos, 2004).

- Almeida, S.G., Petersen, P., Cordeiro, A. 2000. A crise sócio-ambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. AS-PTA, Rio de Janeiro.
- Anjos, J.C. e Pereira, F., 2004. Relatório agro sócio econômico. Em : São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais. Anjos, J.C. & Silva, S.B.(Orgs.), UFRGS, Rio Grande do Sul.
- Anjos, J.C., 2004. Identidade étnica e territorialidade. Em : São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais. Anjos, J.C. & Silva, S.B.(Orgs.), UFRGS, Rio Grande do Sul.
- Azanha, G., 2002. Etnodesenvolvimento, Mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de des-envolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. Em: Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Lima, A.C. S. & Barroso-Hoffmann, M. (Orgs.), Contra Capa/LACED, Rio de Janeiro.
- Baiocchi, M.N., 1999. Kalunga: povo da terra. Ministério da Justiça, secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Brasília.
- Diegues, A.C., 1989. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. Cadernos FUNDAP – nº 9, São Paulo.
- Diegues, A.C., 2000a. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Hucitec/NUPAUB, São Paulo.
- Godoi, E. P., 1999. O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí. Unicamp, São Paulo.
- Leff, E. 2001. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Ed.Vozes, Petrópolis.
- Leff, E., 1994. Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Siglo XXI/UNAM, México.
- Leite, I.B., 2004. O legado do testamento: A comunidade de casca em perícia. UFRGS/UFSC, Florianópolis.
- Lévi-Strauss, C., 1997. O uso das plantas silvestres da América do sul tropical. Em: Suma etnológica brasileira. Edição atualizada – Handbook of south american indians.vol.1, Vozes, Petrópolis.
- Prance, G. T., 1997. Etnobotânica de algumas tribos da Amazônia. Em: Suma etnológica brasileira. Edição atualizada – Handbook of south american indians.vol.1, Vozes, Petrópolis.
- Silva, C.E.M., 2001. Democracia e sustentabilidade na agricultura: subsídios para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Cadernos Temáticos – Brasil sustentável e democrático – nº4, FASE, Rio de Janeiro.
- Viana, V.M., 2000. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. Em: Em: Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica. Diegues, A. C. & Viana, V. M. (Orgs.), Nupaub, São Paulo.